

ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR (A) AGENTE DE CONTRATAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIRA/BA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005-2026-PE

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 014/2026

**SILP CATANDUVA COMÉRCIO DE EMBALAGENS**, inscrita no CNPJ sob o nº 24.533.613/0001-52, com sede na Av. Miguel Stefano, nº 273, Bairro Vila Paulista Catanduva-SP CEP 15.803-095, representada neste ato por sua representante a Sra. **ANA LÍVIA CITOLINO**, brasileira, solteira, assistente de licitação, inscrito no CPF nº 494.086.548-70 e RG nº 63.746.959-8, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, apresentar

### IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO

Pelas razões de fato e direito abaixo aduzidas:

---

## **I – DA TEMPESTIVIDADE**

A sessão pública do pregão eletrônico de nº 005/2026 está agendada para acontecer no dia 23 de fevereiro de 2026. Conforme mencionado no edital, a empresa possui prazo de três dias úteis para apresentação da peça de impugnação sendo o prazo limite o dia 13 de fevereiro de 2026. Nessa perspectiva, temos a TEMPESTIVIDADE dessa impugnação

## **II – RESSALVA PRÉVIA**

Primeiramente, é manifestado o respeito por todos os integrantes dessa Administração. A presente peça visa a melhoria de pontos em discordâncias encontradas, tendo por meio o cumprimento da Constituição Federal e Lei de licitações.

## **III – DOS FATOS**

De acordo com a publicação do edital, com realização no dia 23 de fevereiro de 2026, tendo por objeto Registro de preços para futura e eventual aquisição de saneantes e demais insumos destinados à limpeza, higienização e apoio às atividades dos serviços de saúde, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde.

Dessa forma, é necessário estar atento as recomendações do edital, os lotes 1 e 2, apresentam a junção de itens que não comportam similaridade entre si, não havendo justificativa de uni-los em lotes.

Portanto, a presente impugnação, visa a separação dos lotes em itens separados garantido maior eficiência e competitividade do certame.

## **IV – DA FUNDAMENTAÇÃO TÉCNICA**

### **DO DESMEMBRAMENTO DO LOTE 2**

Os Lotes 1 e 2, conforme estruturados no edital, apresentam manifesta ausência de similaridade entre os itens que os compõem, circunstância que exige justificativa técnica expressa e devidamente fundamentada por parte da Administração Pública.

No que se refere ao Lote 1, verifica-se a reunião de produtos destinados a utilizações distintas, com naturezas, finalidades e aplicações que não guardam correlação funcional entre si. A formação de lote pressupõe a existência de identidade ou, ao menos, compatibilidade técnica entre os itens, seja sob o aspecto da finalidade de uso, do segmento de mercado fornecedor ou da logística de fornecimento. Todavia, no presente caso, não se evidencia justificativa técnica plausível que sustente o agrupamento realizado, o que pode restringir indevidamente a competitividade do certame.

A Administração, ao optar pela licitação por lote, deve observar critérios objetivos que demonstrem vantagem econômica, operacional ou técnica na contratação conjunta. A ausência dessa fundamentação compromete a observância dos princípios da isonomia, da ampla competitividade e da seleção da proposta mais vantajosa.

Quanto ao Lote 2, a inconsistência torna-se ainda mais evidente. O primeiro item corresponde ao fornecimento de sabonete em barra de 10 gramas, produto de higiene pessoal, enquanto os demais itens consistem em produtos destinados à lavanderia. Trata-se de objetos com naturezas absolutamente distintas, tanto sob o ponto de vista técnico quanto mercadológico, inexistindo qualquer relação de complementaridade ou interdependência que justifique o agrupamento.

A junção de itens sem afinidade técnica ou operacional tende a restringir a participação de fornecedores especializados, uma vez que empresas que atuam exclusivamente no segmento de produtos de lavanderia podem não comercializar itens de higiene pessoal, e vice-versa. Tal configuração pode reduzir o universo de participantes e, conseqüentemente, prejudicar a competitividade e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Diante desse cenário, mostra-se necessária a revisão da composição dos lotes, com a segregação dos itens conforme sua natureza e finalidade, ou, alternativamente, a apresentação de justificativa técnica

---

detalhada que demonstre a vantajosidade e a necessidade do agrupamento nos moldes atualmente estabelecidos.

## **V – FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA**

### **V.I – PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA**

O princípio da eficiência é o mais recente dos princípios constitucionais da Administração Pública brasileira, foi abrangido a partir da promulgação da Emenda Constitucional nº 19 de 1998 – Reforma Administrativa. É possível examinar que o gestor público deve reger a coisa pública com excelência, transparência, economicidade e moralidade buscando cumprir todas as metas estipuladas.

Em suma, o princípio da eficiência, é a cláusula constitucional de observação obrigatória, assim como os demais princípios constitucionais. O mestre Hely Lopes Meireles bem ensina, (2006, p. 106), de que o “dever de uma boa administração da qual os agentes públicos não podem se afastar”.

### **V.II – PRINCÍPIO DA LEGALIDADE**

O princípio da legalidade estabelece que a Administração Pública está estritamente vinculada às disposições legais, devendo atuar sempre em conformidade com as leis, normas e regulamentos vigentes, bem como com as regras previamente estabelecidas no edital e, posteriormente, no instrumento contratual. Diferentemente do particular, que pode fazer tudo o que a lei não proíbe, o agente público somente pode agir quando houver autorização legal expressa.

No âmbito das licitações, tal princípio assume papel central, pois todo o procedimento deve observar rigorosamente as disposições previstas na legislação aplicável, especialmente na Lei nº 14.133/2021, além das normas complementares e dos atos convocatórios. O edital, nesse contexto, vincula tanto a Administração quanto os licitantes, tornando-se verdadeira “lei interna” do certame, não podendo ser descumprido ou flexibilizado sem justificativa legal adequada.

A observância da legalidade garante que o processo licitatório seja conduzido com transparência, previsibilidade e segurança jurídica, impedindo decisões arbitrárias, favorecimentos indevidos ou interpretações subjetivas que possam comprometer a igualdade entre os concorrentes. Qualquer exigência, critério de julgamento, condição de habilitação ou forma de agrupamento de itens deve estar devidamente amparada na legislação e motivada de forma clara e objetiva.

Além disso, o princípio da legalidade impõe à Administração o dever de motivação de seus atos, sobretudo quando tais atos possam restringir a competitividade ou impactar a participação dos interessados. A ausência de fundamentação técnica ou jurídica para determinadas decisões — como a formação de lotes sem similaridade entre os itens — pode caracterizar afronta direta à legalidade, por extrapolar os limites autorizados pela norma.

Portanto, o respeito ao princípio da legalidade não se resume ao mero cumprimento formal da lei, mas exige atuação administrativa pautada pela estrita observância das regras estabelecidas, garantindo lisura, isonomia entre os licitantes e a efetiva seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

## **VI – REPUBLICAÇÃO DO EDITAL**

As alterações aqui empenhadas modificam a matéria do objeto, logo, não há outra saída senão a republicação do edital, sendo concedido a recontagem do prazo para elaboração da proposta. Se trata da forma de manter a competitividade do pregão. Jessé Torres Pereira Júnior, esclarece:

“As regras do edital não são imutáveis; sobrevindo motivo de interesse público, deve e pode a Administração modificá-las, na medida em que bastar para atender ao interesse público, desde, é curial, que o faça antes de iniciada a competição. Nessas circunstâncias, a lei exige a reabertura do prazo por inteiro, a contar da divulgação da mudança introduzida, pelo mesmo modo em que se deu a de versão original do ato convocatório alterado”.

Conforme mencionado na Lei 14.133/2021, em seu art. 55, § 1º:

§ 1º Eventuais modificações no edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

Por essa razão, é importante a republicação do edital.

## VII – DO PEDIDO

A signatária solicita que a presente impugnação seja recebida e reconhecida, mediante as fundamentações apresentadas e dos elementos legais, doutrinários e jurisprudenciais redigidos no presente instrumento, o Pregão Eletrônico nº 005/2026, deve exigir:

a) O desmembramento dos lotes 1 e 2.

Termos em que,

Pede deferimento.

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** ANA LÍVIA CITOLINO  
Data: 13/02/2026 14:14:44-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Catanduva, 13 de fevereiro de 2026.

---

Ana Lívia Citolino

Assistente de Licitações